



2017/2053(INI)

8.12.2017

PARECER

da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar

dirigido à Comissão dos Orçamentos

sobre a reforma do sistema de recursos próprios da União Europeia
(2017/2053(INI))

Relator de parecer: Ivo Belet

PA_NonLeg

SUGESTÕES

A Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar insta a Comissão dos Orçamentos, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. Sublinha que, a fim de fomentar a transição para uma economia sustentável, circular e hipocarbónica, atingir os objetivos da União da Energia, estabelecidos de comum acordo, e ser coerente com os compromissos no âmbito do Acordo de Paris, são necessários investimentos adicionais significativos no período de 2020-2030;
2. Está convicto de que, a fim de realizar progressos tangíveis nestas políticas fundamentais da UE e de alcançar o objetivo de zero emissões líquidas até meados do século, é essencial a integração da ação climática e uma reforma profunda do orçamento da UE; observa que o artigo 2.º, alínea c), do Acordo de Paris sublinha a necessidade de tornar os fluxos financeiros compatíveis com uma trajetória rumo à redução das emissões de gases com efeito de estufa e a um desenvolvimento resiliente às alterações climáticas;
3. Considera que a reforma do orçamento da UE deve orientar-se pelos princípios da subsidiariedade, da solidariedade e da sustentabilidade, com vista a um orçamento da UE mais eficaz, com base numa combinação de recursos próprios novos e existentes, que contribuam de forma direta e transparente para os investimentos em projetos com claro valor acrescentado europeu para os cidadãos, as empresas e o ambiente;
4. Recorda que a introdução de novos recursos próprios ou de outros tipos de receitas da UE deve tornar o orçamento da UE menos dependente das contribuições dos Estados-Membros baseadas no rendimento nacional bruto (RNB) e conduzir à reduções dessas contribuições;
5. Considera que os recursos próprios baseados num imposto sobre a eletricidade poderiam sobrepor-se ao âmbito do regime de comércio de licenças de emissão da UE (RCLE UE) e suscitam preocupações quanto à estabilidade das condições de investimento e aos encargos financeiros para os agregados familiares;
6. Observa que a DG Ambiente é responsável pelo segundo maior volume de multas impostas por falta de conformidade com a legislação da UE, no montante de 284 milhões de EUR durante o período de 2014-2017; solicita que as receitas diretamente decorrentes da legislação ambiental da UE e da sua aplicação sejam canalizadas para o orçamento da UE como «outras receitas» e se destinem a investimentos em projetos que gerem o maior valor acrescentado europeu no domínio do ambiente; recorda, todavia, que as receitas resultantes das multas não constituem uma fonte de rendimento estável para o orçamento da UE;
7. Insta a que uma parte das receitas dos leilões do RCLE obtidas a partir da fase 4 (2021) seja direcionada para projetos concretos, sustentáveis e hipocarbónicos da UE, tais como a otimização do uso de infraestruturas transfronteiriças de energia existentes e, se necessário a criação de novas infraestruturas deste tipo (para facilitar, por exemplo, a integração das energias renováveis), o armazenamento de energia e os investimentos na inovação de ponta na indústria, a fim de contribuir para uma transição justa para uma economia

hipocarbónica; insta a Comissão a continuar a trabalhar sobre a forma como os atuais e futuros fundos e programas da UE poderiam ser utilizados para apoiar a transição justa em regiões com uma utilização intensiva de carvão e carbono; observa que as receitas da venda em leilão de licenças de emissão deverão aumentar a partir da fase 4;

8. Solicita a realização de uma análise com o objetivo de verificar se as receitas provenientes de regimes nacionais de tarifação rodoviária, estabelecidos de comum acordo, com base na distância, no tempo de viagem e nas emissões dos transportes, podem contribuir para financiar projetos da UE que promovam o desenvolvimento da mobilidade com um nível de emissões nulo ou baixo, incluindo incentivos para os veículos com um nível de emissões nulo ou baixo, fontes de energia alternativas com baixo nível de emissões para os transportes e transportes sustentáveis multimodais, em especial as vias férreas de alta velocidade e a navegação fluvial hipocarbónica; insta a Comissão e os Estados-Membros a terem em conta a situação específica de zonas remotas e rurais, que se caracterizam, por exemplo, por longas distâncias e pela falta de transportes públicos, aquando do desenvolvimento de regimes de tarifação rodoviária;
9. Entende que as receitas adicionais geradas pelas contribuições com base nas emissões da aviação intra-UE devem ser utilizadas, nomeadamente, para intensificar a investigação e o investimento em aeronaves da UE com baixas emissões de carbono e para melhorar ainda mais a eficiência da utilização do espaço aéreo;
10. Entende que, na ausência de medidas internacionais harmonizadas para a tributação do querosene, a cobrança de imposto sobre a intensidade de carbono dos voos deve ser considerada;
11. Considera que eventuais e futuras contribuições dos transportes marítimos baseadas nas emissões devem ser reinvestidas no setor do transporte marítimo europeu por meio do financiamento da investigação e do desenvolvimento de tecnologias mais limpas e de navios sustentáveis;
12. Considera que as receitas provenientes do Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem (ETIAS) para nacionais de países terceiros devem ser utilizadas para investir em investigação e desenvolvimento no domínio dos transportes aéreos limpos e com baixo nível de emissões, investir noutras melhorias da eficiência da utilização do espaço aéreo e aumentar o financiamento da Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira;
13. Solicita a realização de um estudo sobre a eventual introdução de um recurso próprio, que reflita o teor de carbono de bens de consumo vendidos no mercado único, incluindo os bens importados para o mercado único, por exemplo, um mecanismo de ajustamento de carbono na fronteira ou um imposto sobre o carbono acrescentado, que substituiria gradualmente uma parte do atual recurso próprio baseado no IVA.

**INFORMAÇÕES SOBRE A APROVAÇÃO
NA COMISSÃO ENCARREGADA DE EMITIR PARECER**

Data de aprovação	7.12.2017
Resultado da votação final	+: 37 -: 7 0: 1
Deputados presentes no momento da votação final	Marco Affronte, Zoltán Balczó, Ivo Belet, Biljana Borzan, Paul Brannen, Soledad Cabezón Ruiz, Nessa Childers, Miriam Dalli, Angélique Delahaye, Stefan Eck, Bas Eickhout, Karl-Heinz Florenz, Gerben-Jan Gerbrandy, Arne Gericke, Jens Gieseke, Sylvie Goddyn, Françoise Grossetête, Jytte Guteland, Karin Kadenbach, Urszula Krupa, Peter Liese, Norbert Lins, Susanne Melior, Rory Palmer, Piernicola Pedicini, Pavel Poc, John Procter, Julia Reid, Annie Schreijer-Pierik, Jadwiga Wiśniewska, Damiano Zoffoli
Suplentes presentes no momento da votação final	Jørn Dohrmann, Herbert Dorfmann, Luke Ming Flanagan, Martin Häusling, Krzysztof Hetman, Merja Kyllönen, Gesine Meissner, Nuno Melo, Ulrike Müller, Gabriele Preuß, Bart Staes, Claude Turmes
Suplentes (art. 200.º, n.º 2) presentes no momento da votação final	Norbert Erdős, Sven Schulze

VOTAÇÃO NOMINAL FINAL NA COMISSÃO ENCARREGADA DE EMITIR PARECER

37	+
ALDE	Gerben-Jan Gerbrandy, Gesine Meissner, Ulrike Müller
EFDD:	Piernicola Pedicini
GUE/NGL:	Stefan Eck, Merja Kyllönen
NI:	Zoltán Balczó
PPE:	Ivo Belet, Angélique Delahaye, Herbert Dorfmann, Norbert Erdős, Karl-Heinz Florenz, Jens Gieseke, Françoise Grossetête, Krzysztof Hetman, Peter Liese, Norbert Lins, Nuno Melo, Annie Schreijer-Pierik, Sven Schulze
S&D:	Biljana Borzan, Paul Brannen, Soledad Cabezón Ruiz, Nessa Childers, Miriam Dalli, Jytte Guteland, Karin Kadenbach, Susanne Melior, Rory Palmer, Pavel Poc, Gabriele Preuß, Damiano Zoffoli
VERTS/ALE:	Marco Affronte, Bas Eickhout, Martin Häusling, Bart Staes, Claude Turmes

7	-
ECR:	Jørn Dohrmann, Arne Gericke, Urszula Krupa, John Procter, Jadwiga Wiśniewska
EFDD:	Julia Reid
ENF:	Sylvie Goddyn

1	0
GUE/NGL:	Luke Ming Flanagan

Chave dos símbolos:

+ : votos a favor

- : votos contra

0 : abstenção